
Promoção em saúde mental de mulheres nas ruralidades brasileiras: uma artesanaria literária pela fenomenologia decolonial

Promoting Mental Health of women in Rural Brazil: a literary artesanaria through Decolonial Phenomenology

DOI: 10.12957/ek.2024.89247

Renata Pereira Farias¹

Universidade de Pernambuco

pfrenata.pereira@gmail.com

Suely Emilia de Barros Santos²

Universidade de Pernambuco

suely.emilia@upe.br

RESUMO

O artigo analisa a promoção em saúde mental e a prática do futebol feminino em áreas rurais do Brasil através da Artesanaria Literária, combinando revisão crítica de literatura e literaturas decoloniais e de gênero sob uma perspectiva fenomenológica decolonial. Originado no Programa de Extensão transVERgente da Universidade de Pernambuco, que acompanha comunidades rurais impactadas pela Transposição do rio São Francisco, o estudo analisa plataformas acadêmicas, portais literários, notícias e documentos sobre a vida das mulheres camponesas. Foram selecionados 11 estudos acadêmicos e 10 produções de outras plataformas. A análise revela a necessidade de priorizar a saúde mental das mulheres camponesas, afetadas por violências interseccionais de gênero, classe, local de origem, sobrecarga de trabalho, desvalorização e silenciamentos. Esses fatores dificultam o acesso ao cuidado em saúde mental, incluindo práticas corporais como o futebol feminino, que emerge como uma potencial estratégia de promoção da saúde mental de mulheres camponesas. O estudo destaca as lutas e resistências das mulheres e enfrenta barreiras no cuidado individual e coletivo, agravadas pelo sistema moderno-colonial e patriarcal, que perpetua opressões e invisibiliza seus modos de vida.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas e Inovação em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, Pernambuco, Brasil.

² Doutora e Mestra em Psicologia Clínica Universidade de Pernambuco (UNICAP). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, Pernambuco, Brasil.

Além disso, enfatiza a importância da pesquisa decolonial fenomenológica, que compreende a colonialidade na história da modernidade ocidental e os fenômenos interseccionais observados no Brasil desde a colonização. Conclui-se que são necessárias práticas integrativas e de políticas públicas que considerem a complexidade da vida rural feminina, a fim de promover o fortalecimento, o acesso ao esporte e a valorização das tradições territoriais como meios para a promoção da saúde mental e ação política.

Palavras-chave

Gênero. Artesania literária. Ruralidades. Promoção em saúde mental. Fenomenologia decolonial.

ABSTRACT

The article analyzes the promotion of mental health and the practice of women's soccer in rural areas of Brazil through Artesania Literary, combining critical literature review and decolonial and gender literatures under a decolonial phenomenological perspective. Originating from the transVERgente Extension Program at the University of Pernambuco, which accompanies rural communities affected by the São Francisco River transposition, the study examines academic platforms, literary portals, news, and documents about the lives of rural women. Eleven academic studies and ten other platform productions were selected. The analysis reveals the need to prioritize the mental health of rural women, affected by intersectional violences of gender, class, origin, workload, devaluation, and silencing. These factors hinder access to mental health care, including physical practices like women's soccer, which emerges as a potential strategy for promoting the mental health of rural women. The study highlights the struggles and resistances of women and faces barriers in individual and collective care, exacerbated by the modern-colonial and patriarchal system, which perpetuates oppressions and invisibilizes their ways of life. Furthermore, it emphasizes the importance of decolonial phenomenological research, which understands coloniality in the history of Western modernity and the intersectional phenomena observed in Brazil since colonization. It concludes that integrative practices and public policies are necessary to consider the complexity of rural women's lives, to promote empowerment, access to sports, and the valorization of territorial traditions as means to promote mental health and political action.

Keywords

Gender. Artesania Literary. Ruralities. Mental Health Promotion. Decolonial Phenomenology.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento hegemônico europeu, moderno, heterossexual e cristão atribui a si mesmo o lugar de único agente capaz e civilizado da razão e da ação. Sob essa visão de mundo, apenas um grupo é autorizado a pertencer espaços de governança, de poderio intelectual e de capacidade física (Carvalho, 2022). Esse pensamento hegemônico não se abstém em comunidades tradicionalmente ligadas às ruralidades impactadas pela

colonialidade/modernidade ocidental, tampouco em fenômenos desportivos populares, tais como o futebol. Com a centralidade da razão e do progresso e a desconsideração de possibilidades, saberes de diferentes modos de vida, uma grande carga de subjugação recai sobre as mulheres. Tal feito gera um impacto, sobretudo, nas mulheres que não se submetem aos paradigmas sociais, que realçam elementos presentes desde as tentativas de dominação colonial, com hierarquias interseccionais de classe, raça e gênero, perpetuadas até a contemporaneidade pela colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005).

Na lógica moderna-colonial, juntamente com a dicotomia epistêmica do discurso eurocêntrico, foi criada uma separação entre corpo e mente que tomou domínio sobre teorias biológicas. A partir desse prisma, o homem é concebido como o ser da razão e da força, enquanto a mulher é pelo corpo frágil e pelo afeto. Sob a perspectiva da autora decolonial María Lugones (2011, p. 106) essa concepção recai na “hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano que é considerada como um eixo epistemológico central da modernidade colonial”. Para a autora, colonialidade não pode ser reduzida a simples instrumento de classificação, como muitas vezes é interpretada nas discussões contemporâneas. Trata-se de um fenômeno muito mais amplo, que constitui um dos pilares fundamentais do sistema de poder global que ainda persiste em várias de suas manifestações até os dias atuais. Para compreender a extensão desse conceito, é necessário reconhecer que a colonialidade permeia diferentes dimensões da vida sociopolítica e cultural, afetando profundamente as relações de gênero, classe, raça, trabalho, autoridade de uma população, e, principalmente, as maneiras pelas quais o conhecimento é produzido e legitimado (Lugones, 2008). A partir dessa perspectiva, pode-se entender que a colonialidade atravessa uma série de estruturas e práticas que organizam as sociedades modernas. Assim, essas estruturas não estão apenas associadas à exploração econômica, mas à dominação territorial em diferentes camadas, tais como corpo, território, relações políticas e afetivas.

Diante disso, é possível compreender que os corpos são marcados por diversos fatores, como os aspectos fisiológicos, psicológicos e existenciais. A forma como se estabelece relação com o corpo no mundo parte de um processo histórico, social, econômico – portanto, político e temporal –. Numa perspectiva fenomenológica, o corpo, o tempo e a existência estão intrinsecamente relacionados, uma vez que a existência se

manifesta corporalmente diluída numa temporalidade (Prado, Caldas e Queiroz, 2012). A perspectiva convencional sobre o corpo parece já não ser suficiente para abranger e expressar as experiências do ser humano com sua corporeidade, tornando-se imprescindível adotar novos modos de compreensão (Prado, Caldas e Queiroz, 2012). Para abarcar a complexidade do ser-corpo-movimento de mulheres camponesas no contexto latino-americano, brasileiro, nordestino e rural, faz-se oportuna a interlocução de saberes oriundos de diferentes vertentes e espaços na produção do conhecimento acadêmico e popular.

Para construir uma perspectiva sobre corpo, temporalidade e território, inicialmente dialogamos com o pensamento de Merleau-Ponty, que contribui com a reflexão fenomenológica ao enfatizar a inseparabilidade do corpo enquanto uma dimensão vital da existência humana a partir do tempo, espaço e experiências afetivas (Prado, Caldas e Queiroz, 2012). Para o autor, o corpo não é apenas um objeto entre outros, mas através do qual se experimenta o mundo (Merleau-Ponty, 1991, Santos; Sousa, 2024). Também numa direção fenomenológica os autores Barreto, Melo e Silva (2016) compreendem que o corpo se apresenta enquanto um projeto do ser. A partir de uma perspectiva histórica, os autores refletem criticamente o corpo desde uma analítica medieval e da concepção da Igreja Católica até o surgimento do movimento renascentista e a transição para o pensamento científico moderno, que entende o corpo como uma máquina de funções, sendo subscritas pelos estudos de anatomia e da arte (Barreto; Melo; Silva, 2016). A perspectiva fenomenológica nos faz refletir sobre como a redução de fenômenos complexos a abstrações matemáticas pode impactar nossa compreensão do ser de modo amplo. Nessa direção, a fenomenologia suspende os binarismos metafísicos e nos desafia a confrontar a visão dualista cartesiana, propondo, assim, a desnaturalização das iniquidades factuais desveladas pela análise crítica da colonialidade.

Nessa perspectiva, para dar seguimento à reflexão sobre corpos e territórios, são compreendidas como importantes a marcação social (Ribeiro, 2017) e as interseccionalidades que atravessam os corpos das autoras onde partem tais inquietações: o lugar de duas mulheres negras, cis, urbanas da classe trabalhadora e pesquisadoras. Tais questões interseccionais são articuladas por Carla Akotirene (2019) e outras autoras, que visam dar instrumentalidade teórico-metodológica às inseparabilidades estruturais do racismo, capitalismo, lugar de origem e cis-heteropatriarcado, de modo a proporcionar

uma visão abrangente e não individualista das vivências para as quais nos voltamos neste trabalho.

Ainda pensando sobre corpo, temporalidade e território, dessa vez numa perspectiva decolonial, comunitária e de gênero, Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014, p.90) elaboram que *“La comunidad es como um cuerpo, nosotras mujeres somos la mitad de este cuerpo que es la comunidad. Es con nuestros cuerpos, desde nuestros cuerpos y para nuestros cuerpos que luchamos”*. As autoras apresentam o corpo sob uma perspectiva política e de gênero a partir do feminismo comunitário, no qual o corpo é a base para as organizações comunitárias (Paredes e Guzmán, 2014). Desse modo, o corpo, diante de seus movimentos e enrijecimentos, é a materialidade histórica, política e existencial da qual as mulheres partem e se relacionam com outros corpos e com a natureza.

Partindo dessas compreensões, este trabalho surge com o objetivo de realizar uma artesanaria literária sobre a promoção em saúde e o futebol de mulheres em territórios rurais no Brasil, lançando mão de uma leitura e escrita compreensiva à luz da fenomenologia decolonial. Faz-se necessário contextualizar que os diálogos entre ações extensionistas – no programa de extensão transVERgente/UPE, e de pesquisa, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE) – foram fundamentais para a elaboração desta produção. O programa de extensão transVERgente atua desde 2018 na realização de ações em saúde e mobilizações pela garantia de direitos com populações rurais impactadas negativamente pela megaobra desenvolvimentista da transposição do rio São Francisco, no semiárido pernambucano, em Sertânia-PE-BR.

Durante as atividades extensionistas, no curso de “Mobilizadores Comunitários em Saúde” ofertado pelo programa transVERgente, um time de futebol feminino se mostrou como referência para a comunidade na promoção em saúde mental e na resistência popular frente aos impactos concretos e simbólicos da grande obra da transposição (Farias, Santos e Marques, 2023). Contrapondo-se à lógica desenvolvimentista, colonial e de gênero, classe e raça existente no contexto rural e agravada por essas obras, a trajetória das jogadoras de futebol rural do Sítio Cipó emerge como uma experiência de resistência política frente à lógica desenvolvimentista por meio de ações de corpos em movimento e saberes populares na mobilização comunitária.

A combinação entre artesanaria literária, revisão crítica de literatura e abordagem fenomenológica decolonial não só enriquece o conhecimento acadêmico sobre questões rurais e comunitárias, mas também fortalece os laços entre pesquisa, prática, justiça social, valorização do saber popular e a promoção da equidade de gênero. Dessa forma, a produção do conhecimento transcende o papel de simples instrumento analítico, atuando como meio emancipatório de pesquisa para combater o apagamento de saberes não hegemônicos, contribuindo, assim, para a compreensão de cenários sociais e o aprofundamento das experiências vividas por mulheres nas ruralidades brasileiras.

2 ARTESANIA LITERÁRIA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA FENOMENOLÓGICA DECOLONIAL

A adoção da Artesania Literária como método de colheita de produções permite uma abordagem mais sensível e detalhada das experiências vividas por mulheres em comunidades rurais. Esse caminho metodológico possibilita a “decolonização das produções científicas e da construção do conhecimento restrito aos saberes acadêmicos” (Santos; Santos, 2024, p. 1145). Por meio dela, foi realizada a busca nas plataformas acadêmicas e o diálogo entre registros de documentos que não estão depositados em portais acadêmicos, abordagens decoloniais, escritos literários e produções alocadas em plataformas dedicadas à vida rural, à luta pela terra e/ou à saúde comunitária. Esses debates não apenas fundamentam teoricamente a pesquisa, mas permeiam todo o seu desvelamento. As autoras Santos e Santos (2024, p. 1144) reiteram que:

[...] artesanaria literária possibilita uma conversação com materiais elaborados por pessoas que não estão na academia, mas que produzem saberes que dialogam com a temática aqui investigada, registrados em vídeos, pinturas, documentários, músicas, entrevistas, mapas etc., valorizando referências produzidas pela via da arte, dos saberes populares e tradicionais, bem como com artigos científicos, teses, dissertações e materiais textuais como livros e revistas.

Simultaneamente, a investigação desses registros oferece uma base contextual e histórica, essencial para dialogar com as narrativas locais em um panorama mais amplo. Assim sendo, a Artesania Literária em pesquisa surge como um elemento possível que desafia as narrativas dominantes eurocentradas e/ou academicistas e propõe novos paradigmas de pesquisa.

No que diz respeito às preocupações epistemológicas adotadas, além das experiências das autoras no programa de extensão transVERgente, estabelece-se um diálogo entre a fenomenologia e o pensamento decolonial. A fenomenologia para a psicologia se manifesta, principalmente, na compreensão do ser pela existência em sua temporalidade (Sá; Barreto, 2011) e como referencial metodológico em pesquisa, no sentido de que o método fenomenológico oferece caminhos que possibilitam a aproximação e acesso aos fenômenos revelados na existência humana (Morato; Sampaio, 2019). À luz da perspectiva fenomenológica, é possível realizar uma análise crítica do contemporâneo que se destaca à lógica de dominação exercida pelo campo técnico-científico cartesiano sobre a vida e a existência. Por sua vez, o pensamento decolonial realiza uma (re)interpretação da modernidade/colonialidade diante das imposições da colonialidade que atravessam diversas áreas do conhecimento e da existência, observando os desdobramentos de problemáticas sociais, por vezes tidas como superadas ou que foram invisibilizadas (Pereira *et al.*, 2022). Nesse contexto, a inserção do pensamento decolonial na psicologia e na elaboração de produções da área reforça a concretização do compromisso ético-político que orienta a prática científica e profissional. Assim, a partir do diálogo entre a fenomenologia e o pensamento decolonial, foi possível ampliar as noções sobre a epistemologia tidas como fundamentais, o que possibilitou o resgate de saberes e práticas emergentes.

Sob essa concepção, a revisão crítica de literatura entrelaça-se a Artesanaria Literária. Para Bezerra, Santos e Santos (2024, p. 66), a revisão crítica de literatura:

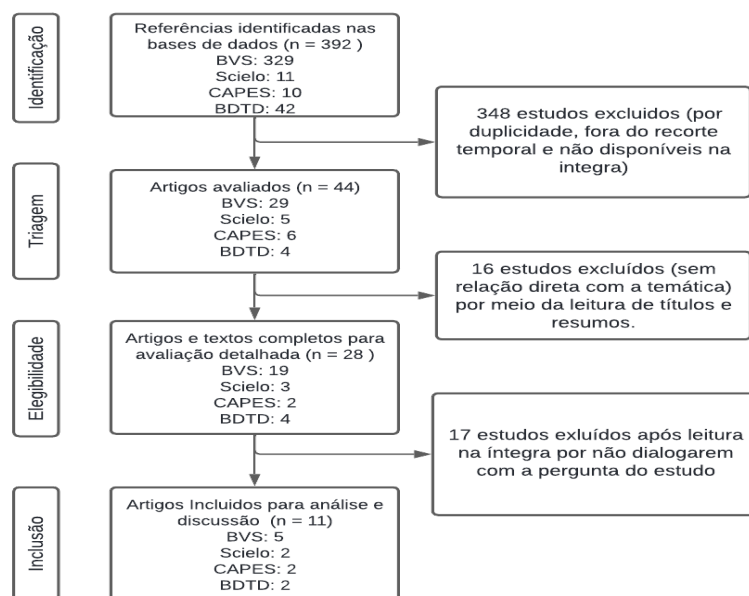
[...] para além de uma valorização das publicações acadêmicas presentes em plataformas digitais, que priorizam artigos, dissertações e teses, realiza uma colheita ampla de outras produções que se encontram espalhadas em livros, documentários, vídeos, músicas, poemas, desenhos, entrevistas, programas de TV, dentre outros, requerendo de quem pesquisa uma sensibilidade e uma disposição afetiva e intelectual na busca por saberes que emanam de vozes que entoam memórias marginais. É aqui que brota o nascedouro da artesanaria literária.

Assim, devido à diversidade e à complexidade de informações que podem ser encontradas no campo da saúde em intersecção com o social, optou-se pela revisão crítica de literatura, uma vez que essa conta com a síntese teórica do que vem sendo produzido em pesquisa científica, referente ao tema investigado, e identifica as lacunas que podem direcionar o desenvolvimento de novas pesquisas.

Ao pensar a pesquisa acadêmica, a escritora bell hooks, autora de diversas obras acerca do feminismo negro, traz que a academia não é o “paraíso”, mas o aprendizado que pode ser proporcionado por ela é um lugar onde o “paraíso” pode ser criado para mulheres subalternizadas (hooks, 2019). Já a autora María Lugones (2008) pontua que um dos aspectos fundamentais da colonialidade na pesquisa é sua implicação direta na produção de conhecimento. O conhecimento, muitas vezes, é considerado uma ferramenta neutra e objetiva, mas, na realidade, é estruturado dentro das relações de poder que caracterizam a colonialidade (Lugones, 2008). As epistemologias dominantes, muitas vezes oriundas de contextos coloniais, moldam o que é considerado "verdadeiro" ou "legítimo", enquanto marginalizam outras formas de saber que não se alinham com os paradigmas eurocêntricos. A produção do conhecimento acadêmico, portanto, é uma forma de poder que se interconecta com a colonialidade do poder e o controle social.

Para atender aos critérios da revisão crítica de literatura, foi delimitada a temática, formulada a questão de pesquisa e definidos os critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, realizou-se a seleção, organização e análise crítica dos estudos. A investigação partiu do questionamento sobre como o futebol de mulheres e a promoção em saúde se manifestam em contextos rurais no Brasil. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, BVS, CAPES e BDTD, lançando mão dos descritores “mulher”, “promoção de saúde”, “saúde mental” e “futebol”, combinados com termos como “futebol feminino”, “esporte”, “camponesa” e “ruralidades”. Foram incluídas publicações em português e espanhol, entre 2014 e 2024, com enfoque qualitativo e alinhadas ao objetivo da pesquisa. Resumos e produções indisponíveis na íntegra foram excluídos. A busca inicial resultou em 392 estudos, reduzidos a 44 após remoção de duplicidades e aplicação dos critérios. Desses, 24 artigos e quatro dissertações passaram à leitura integral. Por fim, foram selecionados nove artigos e duas dissertações. Dentre eles, três pertencem à área da Psicologia (incluindo um com abordagem fenomenológica cartográfica); os demais se distribuem entre Educação (3), Enfermagem (2), Ciências da Saúde (1), Desenvolvimento Rural (1) e Gestão de Políticas Públicas (1).

Figura 1 – Fluxograma das etapas de seleção da busca nas plataformas de estudos



Fonte: As autoras (2024).

Além das plataformas acadêmicas mencionadas, realizamos buscas em portais literários e plataformas que disponibilizam publicações voltadas para povos da terra, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. Entre eles, destacam-se o Instituto Sabiá (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP), a Biblioteca da Questão Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o portal da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Museu do Popular do Futebol (on-line), entre outros portais documentais e de literatura popular. Foram incluídas 10 produções que abrangiam documentos voltados para questões socioambientais do campo, da luta pela terra, do movimento de mulheres e agroecologia, além de escritos literários e documentos históricos sobre a cultura, a história do campo e do futebol no Brasil.

Dessa forma, a revisão crítica de literatura foi essencial para organizar o conhecimento existente, identificar lacunas e apontar áreas para novas investigações. A Artesania Literária aprofunda a compreensão dos processos sociais e articula saberes acadêmicos e populares, valorizando práticas de pesquisa comprometidas com a justiça social e a emancipação das mulheres camponesas. A combinação entre essa abordagem,

a revisão crítica e os aportes decoloniais amplia a compreensão da temática e contribui para o enfrentamento do apagamento epistemológico, desafiando paradigmas tradicionais e propondo formas mais equitativas de produção do conhecimento.

3 “NO MATRIARCADO DE PINDORAMA”: FUTEBOL FEMININO, GÊNERO E LUTA POR DIREITOS NO SERTÃO PERNAMBUCANO IMPACTADO PELO DESENVOLVIMENTISMO

A frase que inicia este tópico foi escrita por Oswald de Andrade (1928), em sua obra “Manifesto Antropófago”. Nela, o autor apresenta o matriarcado como uma forma de organização social no Brasil pré-colonial (Pindorama), em contraste com o patriarcado moderno-colonial. O autor sinaliza a importância de valorizar o contexto nacional brasileiro e os conhecimentos populares que resistem à ideia desenvolvimentista civilizacional homogeneizadora europeia, que apaga e subalterniza formas outras de viver e ser-no-mundo com outros (Barbosa; Paulino, 2020). Na mesma direção, a fenomenologia decolonial busca compreender e criticar a experiência vivida a partir de perspectivas marginalizadas pela modernidade/colonialidade. Ela se esforça para desconstruir as narrativas e estruturas de poder eurocêtricas, promovendo formas de conhecimento e ser-no-mundo que são diferentes do paradigma ocidental dominante (Clini, 2022).

De acordo com Clini (2022), é importante utilizar a história social como meio de questionar e desafiar as convenções metafísicas que sustentam o pensamento ocidental colonialista. Partindo dessa abordagem, voltamos nossa atenção para a história política de gênero e desenvolvimentismo no Brasil, buscando compreender como as narrativas históricas podem ser reinterpretadas e utilizadas como ferramentas de resistência contra a colonialidade do saber e do ser. Ao integrarmos essas denominações na análise, buscamos não apenas resgatar, mas também evidenciar as diversas formas encobertas de ser e de viver que coexistem no território nacional.

De maneira análoga ao matriarcado de Pindorama mencionado por Andrade (1928), a trajetória do futebol feminino no Brasil também pode ser vista como uma luta contra imposições de padrões da cultura patriarcal que reflete uma busca contínua pela valorização e inclusão das diversas formas de existência e expressão cultural, uma vez que, no Brasil, o futebol compõe a cultura nacional. Diante de um movimento compreensivo à luz da fenomenologia, faz-se necessária a *epoché* (pôr em suspensão

preconcepções) da lógica colonial-moderna e machista que atravessa o Brasil de forma histórica, política e existencial (Clini, 2022). Para isso, dá-se início a uma breve reflexão sobre a trajetória das mulheres brasileiras no futebol, destacando-se os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo do tempo. Posteriormente, analisa-se a realidade das mulheres do Sertão pernambucano, evidenciando o impacto da lógica desenvolvimentista e a importância do futebol feminino como um espaço de organização social e promoção em saúde mental de mulheres no Sertão pernambucano, apontados no trabalho de Farias, Santos e Marques (2023) e experienciados pelas autoras deste artigo no transVERgente.

Apesar da força popular, o começo da história do futebol feminino no Brasil foi marcado por proibições e insurgências. Na década de 1920, os jogos de futebol feminino eram frequentemente classificados como “jogos de exibição” e, em alguns casos, retratados como atrações artísticas ou circenses, capazes de atrair grandes públicos (Bonfim, 2023). Desde 1941, as mulheres brasileiras enfrentavam restrições legais significativas, conforme o estipulado pelo Artigo 54 do Decreto-Lei nº 3199, sancionado por Getúlio Vargas. O artigo argumentava que esportes de impacto eram considerados “incompatíveis com as condições de sua natureza”, o que limitava severamente suas opções de participação esportiva, principalmente o futebol.

Essa proibição foi formalizada em 1965 pela Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos (CND), ratificada com o objetivo de restringir a participação feminina no esporte mais popular do Brasil. Além disso, através de ações coletivas de mulheres, não só pleitearam a revogação acerca da proibição, como também reivindicaram direitos fundamentais, tais como a equidade de acesso e a participação no mundo do esporte enquanto prática de promoção de saúde, lazer e de alto rendimento. Um exemplo dessa luta é narrado por Bonfim (2023), com a continuação do futebol de mulheres em áreas remotas do Brasil, a partir da interiorização circense e da prática comunitária longe dos olhares proibicionistas. Além disso, outro registro foi o movimento organizado por mulheres do Vale do Paraíba que se uniram, em 1969, para desafiar diretamente políticas discriminatórias com o objetivo de revogar o decreto e findar a restrição. Esse movimento representou um marco na história do esporte feminino no Brasil e seu registro foi feito em jornais locais da época, hoje arquivados no acervo do Museu do Futebol (Museu do Futebol, 2024). O registro evidencia que o movimento de

mulheres pelo Brasil desafiou as políticas discriminatórias específicas e lançou bases para uma mudança social mais ampla. Nessa perspectiva, esses episódios são relevantes para compreensão dos fenômenos contemporâneos sobre gênero, esporte e resistência política feminina, o que ilustra a relevância do esporte enquanto arena crucial para a luta por direitos e justiça social.

Ao analisar as lutas de mulheres por seus direitos diante de um panorama latino-americano, em entrevista concedida, a autora Julieta Paredes contextualiza o processo de reorganização social a partir da perspectiva de gênero e as condições de melhoria para a atuação política e a emancipação conquistadas através de lutas coletivas: “É como se fosse uma partida de futebol onde o juiz está comprado, a quadra foi adaptada para favorecer o time adversário, e mesmo assim você os vence” (Afiune; Anjos, 2020). Através de analogias futebolísticas, a autora também demarca os desafios em desfrutar plenamente as condições conquistadas devido à continuidade do machismo enquanto força dominante da estrutura patriarcal discriminatória. Retomando o cenário brasileiro, no livro infantojuvenil “Marta: a menina que descobriu o futebol”, Targino (2021) apresenta, de forma lúdica, as barreiras simbólicas e concretas que, em inúmeras ocasiões, tentaram impedir a trajetória profissional da futebolista Marta, uma mulher do Sertão do estado de Alagoas. Entre essas barreiras e conquistas, as iniquidades de gênero se destacam enquanto elementos perenes em diferentes circunstâncias que demandam nossa atenção, desde a análise dos elementos que dão origem às suas estruturas até as possibilidades epistemológicas decoloniais que se apresentarão no decorrer deste trabalho.

Nessa direção, tal como elencam Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014) acerca da corrente teórica e prática do feminismo comunitário, especialmente na América Latina, faz-se necessária a compreensão do corpo, território, movimento e memória das mulheres em seus sentidos complexos e interconectados. Essa visão de mundo não somente é contra-hegemônica e desafiadora para as opressões de gênero, mas também evidencia um sentido de vida que valoriza a coparticipação entre humanos, natureza e território (Paredes e Guzmán, 2014). Na perspectiva de corpo-comunidade, as mulheres ligadas à terra reivindicam seus corpos como espaços de autonomia e dignidade, lutando contra as múltiplas formas de opressão que historicamente os têm marginalizado. As mulheres assumem um papel central na defesa de seus direitos às terras e aos recursos naturais,

visto que o bem viver de suas comunidades está intimamente ligado ao respeito e à preservação desses espaços.

Já o tempo se mostra não de modo linear, mas cíclico, refletindo os ritmos de práticas de cultivo agrícolas. Em vista disso, as mulheres desempenham um papel crucial na transmissão do conhecimento intergeracional, quando preservam saberes ancestrais e asseguram a perpetuação de modos coletivos de vida. O movimento assume tanto a mobilidade física quanto a dinâmica política, social e existencial, e está ligado também à organização em coletivos para reivindicação de direitos e promoção à saúde. Por fim, a memória, que, no feminismo comunitário, é um ato de resistência e de fortalecimento, uma vez que, ao recuperar e valorizar a memória comunitária, se combate o apagamento histórico imposto pelo colonialismo e se revitaliza o sentido de pertencimento comunitário. Para recordar as memórias, lutas e movimentos do Sertão nordestino, faz-se pertinente mencionar grandes obras literárias e planos históricos que impactam o território até a contemporaneidade.

Mapeando a região do Sertão nordestino banhada pelo rio São Francisco, o autor Euclides da Cunha (1984) narrou os determinismos geográficos e sociais advindos das desigualdades regionais. Ao citar o território em “Os Sertões”³, ele o descreve como “[...] um diagrama da nossa marcha histórica”. Para o escritor, o São Francisco era um elemento central no contexto do Sertão, sendo visto como um ponto de contraste entre a vida árida e as tentativas de resistência contra as condições adversas da terra (Cunha, 1984). Já no Sertão do Velho Chico, no campo político e desenvolvimentista, o megaprojeto da transposição foi considerado a solução para mitigação dos efeitos da seca em todo semiárido do Nordeste brasileiro. Entretanto, numa perspectiva histórica, o projeto das grandes obras foi concebido ainda durante o período imperial por Dom Pedro II e retomado por sucessivos governos brasileiros até sua implementação em 2007 (Brasil, 2017).

Diversos documentos históricos sob a guarda do Arquivo do Senado e do Arquivo da Câmara mostram os interesses e projetos de lei relacionados à transposição que passaram pelas mãos dos senadores e deputados durante o Segundo Reinado (1840-1889) até o início das obras dos primeiros canais, em 2007, sendo esta vista como “uma dívida histórica do Brasil com os nordestinos” (Brasil, 2017). No entanto, a ideia prospectiva do

³ Publicado originalmente em 1902.

desenvolvimento da transposição do Velho Chico – que, em tese, levaria a população ao progresso – contempla uma parcela mínima da população sertaneja (Borges *et al.*, 2021). Nessa direção, a partir de uma compreensão fenomenológica decolonial, o apanhado histórico nos ajuda a refletir, questionar e reescrever a história de um povo sob uma visão crítica das estruturas de conhecimento e poder impostas de forma hegemônica.

Para continuar a refletir sobre o território por meio da produção literária, recorremos ao autor Guimarães Rosa (2019), que em “Grande Sertão: Veredas” caracterizava o Sertão não só como um simples espaço geográfico, elegendo-o em uma metáfora para a condição humana de ambivalências. O Sertão de Guimarães Rosa se desvela como um território de aprendizados, porém de conflitos individuais e coexistentes. Refletindo as complexidades da vida humana no contexto do Sertão, o autor expressa inquietações da existência que convocam os humanos para a ação: “Eu queria decifrar as coisas que são importantes. Queria entender do medo e da coragem, e da grã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder” (Rosa, 2019 p. 79). A ambivalência presente na obra de Guimarães Rosa, especialmente na metáfora do Sertão como espaço de aprendizado, contradição e desafio existencial, oferece um paralelo pertinente sobre a compreensão da realidade social e política do Sertão nordestino diante da transposição.

Assim como o Sertão literário de Rosa (2019) representa um lugar de controvérsias e incertezas, a transposição do rio de concreto, que carregou a expectativa de redenção hídrica para comunidades historicamente marcadas pela dificuldade de abastecimento, também expõe as contradições de um impacto que transpassa comunidades rurais sem necessariamente atendê-las. O contexto de esperança anunciado pelas grandes obras diz respeito às expectativas de garantia da segurança hídrica para populações do Sertão nordestino, cultivadas ao longo do tempo pelo poder público e pela grande mídia (Borges *et al.*, 2021). Entretanto, a devastação mencionada revela os eventos impactantes vivenciados no decorrer das obras, não no aspecto repentino e inesperado, mas de ressonâncias experienciadas de forma processual dentro do próprio território.

A promessa de água que não se concretiza para todos materializa a coexistência de opostos: esperança e frustração, proximidade e privação. Enquanto o rio atravessa o Sertão como um símbolo de vida e abundância, a ausência de abastecimento para as

populações locais evidencia a desigualdade na distribuição de recursos, refletindo um paradoxo que ecoa no "sucedido" do Sertão de Guimarães Rosa (2019). Dessa forma, a transposição se torna uma metáfora contemporânea do Sertão e do rio São Francisco, marcada por promessas não realizadas e pela luta contínua das comunidades por saúde, justiça, acesso à água e dignidade.

Diante da constatação de sua inefetividade na distribuição hídrica, a transposição tem suscitado debates acerca de seus impactos negativos nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos (Ferreira, 2020). Apesar de argumentos contrários ao projeto, a imposição das obras ao longo dos anos tem gerado processos de vulnerabilização das populações rurais que vivem nas áreas afetadas pelo grande empreendimento, o qual nega modos de vida no contexto rural e desvaloriza relações entre povo e território (Gonçalves *et al.*, 2024). Nesse cenário, a transposição das águas do rio São Francisco como estratégia de combate à seca e de integração entre municípios do semiárido que sofrem com o desabastecimento de água não só vem se mostrando insuficiente como também vem engendrando conflitos ambientais, adoecimentos, perdas simbólicas e materiais e crescimento da dificuldade do acesso à água, sobretudo em comunidades tradicionais ligadas ao trabalho com a terra (Santos, 2022). Os impactos se tornam ainda mais severos quando analisados sob a ótica da desigualdade de gênero. Nos centros urbanos, já marcados por diversas problemáticas estruturais, essas desigualdades são agravadas. Contudo, no meio rural, as mulheres enfrentam uma vulnerabilidade ainda maior, intensificada por fatores como as longas distâncias, a carência de serviços de saúde e a ausência de assistência social adequada (Associação Brasileira de Agroecologia, 2019).

Associado ao processo de desterritorialização e modificação do território frente às grandes obras, as comunidades afetadas foram compulsoriamente direcionadas para um enfrentamento ainda mais agressivo, no que se refere à luta diária contra a exclusão do acesso à água, aos prejuízos e perdas dos subsídios de vida ligados ao cultivo de animais e plantas, à perda de autonomia no território dividido pelos ramais do rio transpostos, entre outros (Gonçalves *et al.*, 2024). Sob uma perspectiva de gênero, especialmente no contexto do campo e da agricultura familiar, o trabalho doméstico é frequentemente considerado reprodutivo, ou seja, não produtivo, por não gerar renda direta (Associação Brasileira de Agroecologia, 2019). Essa percepção se tornou ainda mais evidente diante do fato de que muitas atividades realizadas pelas mulheres na agricultura familiar, que já

eram invisibilizadas, foram cerceadas pelas grandes obras da transposição, o que reforça não apenas os encobrimentos de suas contribuições econômicas e sociais, mas também fragiliza sua autonomia financeira no contexto rural. Esse cenário evidencia as desigualdades de gênero e a exclusão das mulheres de processos decisórios e produtivos na comunidade.

A ligação histórico-política entre a escassez de chuvas e a estratégia do progresso, que envolve interesses públicos e privados, resultou nos processos de implementação da transposição e legitimou as áreas afetadas como regiões de sacrifício (Oliveira, 2020). As autoras Farias, Santos e Marques (2023) afirmam que esse modelo moderno-colonial de negação dos modos de vida, assim como de invalidação de sua coexistência com a natureza, evidencia a manifestação da colonialidade do poder sobre as comunidades afetadas por interferências desenvolvimentistas. Diante da grande construção do rio de concreto e sua repercussão no território rural numa perspectiva de gênero, as vulnerabilidades cotidianas se intensificaram para as mulheres, perpetuando a lógica de silenciamento e de naturalização de violências de gênero (Farias, Santos e Marques, 2023). De modo geral, a mobilização entre as mulheres é fortalecida por laços de convivência e apoio mútuo. Conforme aponta o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (2019), muitas mulheres em áreas rurais desempenham papéis de liderança em associações, igrejas, grupos de juventude, esportes e lazer, mantendo-se engajadas em mobilizações comunitárias. Nessa direção, algumas ações são pautadas por ideias do movimento feminista, agroecologia, governança alimentar e organização comunitária, e isso reforça sua ação política.

Diante dos inúmeros impactos advindos das grandes obras, em uma das comunidades acompanhadas pelo programa transVERgente, no Sítio Cipó, em Sertânia/PE, o futebol de mulheres surgiu como referência em Saúde em pesquisas e ações extensionistas, além de se configurar como um marco da resistência política frente aos impactos da transposição. De acordo com Farias, Santos e Marques (2023, p. 9):

A violência de gênero e a proliferação do uso de substâncias se mostram como aspectos que interferem na saúde, principalmente das adolescentes e mulheres da comunidade. Apesar disso, e em contraponto a essas violações, além de desvelar-se como um recurso de enfrentamento, de prevenção e de promoção em saúde, a prática do futebol de mulheres aparece na comunidade como uma expressão de insurgência frente à objetificação dos corpos femininos.

Os encontros do time de futebol de mulheres se destacaram como um importante recurso de resistência e promoção em saúde durante o curso “Mobilizadores Comunitários em Saúde”, fundamentado na Educação Popular e promovido pelo programa “transVERgente”, que analisou os itinerários de cuidado dos comunitários no âmbito da prevenção e promoção em saúde de forma coletiva. No decorrer de 14 anos, a equipe de futebol feminino do Cipó Futebol Clube (CFC) vem se (re)organizando com o objetivo da prática coletiva de lazer e prática física, bem como com o objetivo de proporcionar encontros de fortalecimento entre mulheres de forma geracional, nos quais crianças, jovens e adultas convivem e partilham da prática futebolística como um cuidado em saúde (Farias; Santos; Marques, 2023). A luta das mulheres que dividem os campos do viver e do futebol com as obras da transposição do Velho Chico nos convidou a investigar na literatura e a “escrever” (Evaristo, 2017) sobre a promoção em saúde mental de mulheres em territórios rurais no Brasil.

Diante de uma atitude decolonial e fenomenológica na produção de conhecimento em Psicologia, esta pesquisa se propôs a adotar a concepção de “Escrevivência”, cunhada por Conceição Evaristo (2017), como método de investigação e escrita. Em consonância com o objetivo geral da pesquisa, a escrevivência, enquanto recurso metodológico, utiliza-se da experiência das pesquisadoras, das experiências em território e dos escritos levantados em pesquisa para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres. Assim, como argumentado por Soares e Machado (2017, p. 207) - a escrevivência - se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternizadas e de suas posicionalidades na narração da própria existência.

Frente aos desafios da transposição do rio São Francisco, a luta das comunidades rurais vai além das dimensões físicas e econômicas, envolvendo também questões sociais e de saúde mental. A trajetória do Cipó Futebol Clube evidencia a resistência das mulheres e a relevância de espaços coletivos na promoção da saúde e no enfrentamento das injustiças. Assim, ao escrever sobre a saúde mental das mulheres que se movimentam em contextos rurais, somos convidadas a reconhecer suas lutas e a nos engajar em ações que valorizem e fortaleçam sua luta por dignidade. Dessa forma, nos perguntamos: de que

maneira as práticas corporais de mulheres em contextos rurais no Brasil contribuem para a promoção em saúde mental e luta por direitos?

4 A PROMOÇÃO EM SAÚDE E O FUTEBOL DE MULHERES EM TERRITÓRIOS RURAIS NO BRASIL

Diante dos trabalhos identificados na revisão crítica de literatura, foram tecidas reflexões sobre as práticas esportivas de mulheres em contextos rurais no Brasil e sua relação com a promoção em saúde mental. Em relação às temáticas abordadas, todos os trabalhos selecionados discutem sobre as políticas públicas necessárias para contextualizar as práticas de cuidado nos serviços e dispositivos de saúde pertencentes às comunidades rurais. Além disso, são destacadas nos trabalhos a resistência política e a mobilização comunitária das mulheres em meio à luta por terras e por garantia de direitos frente às iniquidades da violência de gênero, redistribuição fundiária e lógica desenvolvimentista.

As obras, publicadas entre 2014 e 2023, foram desenvolvidas em diversas instituições, regiões e áreas do conhecimento. A região Sudeste se destaca com estudos desenvolvidos em instituições como a Universidade Federal de São Carlos (SP), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Centro Universitário UNA (MG). Já a região Sul reúne contribuições da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), demonstrando forte presença de produções no campo da educação, psicologia e ciências da saúde. No Nordeste, destacam-se trabalhos provenientes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da Universidade de Pernambuco (UPE), cuja produção está diretamente vinculada aos diálogos entre extensão universitária e pesquisa realizada em territórios marcados por desigualdades estruturais e impactos socioambientais, como a transposição do rio São Francisco. Por fim, a região Centro-Oeste está representada por estudo desenvolvido na Universidade Federal da Grande Dourados (MS), voltado à promoção da saúde no contexto rural. Em relação à autoria, nota-se um protagonismo marcante de pesquisadoras, essa observação revela a dedicação da produção de mulheres no campo da saúde mental, da educação, da psicologia e das ruralidades, tanto na construção de saberes quanto na articulação de práticas comprometidas com a transformação social.

A partir da revisão crítica de literatura, foi possível apresentar a importância da interseccionalidade de gênero, classe, raça/cor e lugar de origem na compreensão da promoção em saúde de mulheres camponesas, ressaltando a relevância do esporte – em especial do futebol feminino – como uma prática tradicional que contribui para a promoção em saúde e para a resistência dessas mulheres em contextos rurais. Teixeira e Oliveira (2014) discutem o cuidado à saúde de mulheres camponesas, destacando a necessidade de considerar as influências das relações interseccionais no processo de saúde-doença. Além disso, os autores ressaltam o contexto da luta por direitos à terra e reconhecimento profissional-previdenciário dessas mulheres como trabalhadoras rurais, aspecto que também presente nos trabalhos de Schwengber, Conceição e Pinheiro (2019) e Urió *et al.* (2020).

No contexto rural, o cuidado em saúde mental de mulheres inclui desde o uso de plantas medicinais e práticas religiosas até atividades socioculturais de lazer e esporte. Além disso, também são ressaltadas as práticas de cuidado que dialogam entre convencionais, tradicionais e integrativas (Teixeira; Oliveira, 2014). Nesse contexto, as mulheres camponesas desempenham um papel central nas comunidades como responsáveis por transmitir conhecimentos pertinentes às práticas populares de saúde e prover cuidados em saúde dentro das famílias e na comunidade.

A relação entre gênero e prática futebolística é marcada por restrições no contexto rural, em que as mulheres enfrentam experiências limitadas e interrompidas devido a uma série de fatores, incluindo responsabilidades familiares e sobrecargas no trabalho doméstico e na agricultura (Schwengber; Conceição; Pinheiro, 2019). As autoras situam o futebol na condição de uma atividade interligada socialmente ao gênero masculino. No entanto, apontam o esporte como um território de transformação para as relações de gênero e um espaço de lutas e contestações. No que diz respeito à promoção em saúde mental, a literatura evidencia que o acesso a espaços de práticas físico-esportivas, como o futebol, é crucial para a promoção da saúde e criação de vínculos nas relações sociais nas comunidades rurais. Nessa perspectiva, a prática do futebol feminino no contexto rural é vista como uma forma de promoção de saúde e de luta por equidade de gênero.

A produção de Urió, Geremia, Heidemann e Colliselli (2020) explicita especificamente o sentido de promoção em saúde mental que evidencia a busca das jovens camponesas pela qualidade de vida, autonomia e cuidado, tanto a nível individual quanto

coletivo. Além disso, as autoras destacam políticas públicas que devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada comunidade. Em vista disso, o artigo destaca a importância da inserção de debates sobre temas relevantes para o viver cotidiano no meio rural, tais como os riscos de adoecimento pelo uso de agrotóxicos, a luta por terra, os conflitos por água, entre outros, visando enfrentar desafios específicos e produzir estratégias para contextualizar as ações em saúde para a população.

Nessa mesma direção se articulam Sganzerla *et al.* (2021), ao apresentarem a associação entre saúde mental e laços interpessoais construídos a partir das práticas coletivas dentro da comunidade como um fator importante para a promoção em saúde mental. Situam, ainda, a socialização das mulheres camponesas por meio do lazer e as práticas esportivas como um modo importante de cuidado e superação de obstáculos cotidianos, como os fatores de violência territorial rural, os problemas econômicos e as sobrecargas de trabalho na agricultura e no contexto doméstico.

Sganzerla *et al.* (2021) evidenciam, também, a prática esportiva e o futebol feminino como uma atividade grupal benéfica para as mulheres camponesas e uma produção emancipatória de cuidado, uma vez que é central nas atividades cotidianas das camponesas participantes de seu estudo. Nessa perspectiva, as autoras salientam que a socialização se constitui em um elemento importante no cuidado em saúde mental para mulheres camponesas, tendo em vista as especificidades da vida no meio rural. Nesse rumo, ainda sobre a prática de cuidado em saúde mental e o futebol feminino, as autoras evidenciam que:

As práticas de cuidado em saúde mental devem promover novas possibilidades de modificar e qualificar os modos de andar a vida das camponesas. Para elas, a vida pode ter várias formas de ser percebida e experimentada, motivo pelo qual essas práticas não devem ser restritas apenas à cura de doenças, mas orientadas pela produção de vida-saúde em uma perspectiva ampliada (Sganzerla *et al.*, 2021, p. 16).

Portanto, o cuidado em saúde mental de mulheres camponesas deve ser visualizado de modo abrangente, visando à promoção em saúde a partir da perspectiva de vida que considera as especificidades e as múltiplas formas de vivenciar o cotidiano no território rural.

Já o estudo de Martins *et al.* (2021) dá ênfase à promoção em saúde de mulheres camponesas de um município de Minas Gerais, abordando um território marcado pela

exclusão social e pela dificuldade de acesso a direitos básicos. O gênero é apontado por Martins *et al.* (2021) a partir de questões voltadas para a maternidade, ilustrando a dificuldade e, por vezes, o impedimento da participação de mulheres em atividades coletivas e de cuidado de si, devido à sobrecarga de trabalhos domésticos. Nesse viés, os autores apontam a exclusão social de mulheres mães em atividades de promoção à saúde no contexto rural, incluindo o lazer, o esporte e a educação. A saúde expandida reconhece a vida comunitária como potente e inventiva. A pesquisa-intervenção permite acompanhar os modos de vida no território, alinhada à Política Nacional de Promoção de Saúde (Martins *et al.*, 2021).

Por sua vez, o estudo de Maurício *et al.* (2021) discute a interseção entre esporte e a perspectiva decolonial e dá destaque à criação e à manutenção de espaços de convivência para povos camponeses e indígenas como exercício de memória e ancestralidade. Propõem a construção de pontes entre estudos de lazer, esporte e pensamento decolonial (Maurício *et al.*, 2021). Maurício *et al.* (2021, p. 719) apresentam o lazer em comunidades rurais, sobretudo como uma prática decolonial, uma vez que “um lazer que é contra hegemônico nos permite ‘sulear’, evidenciando as experiências e modos outros de ser e estar no mundo”. Desse modo, compreende-se a necessidade de ampliar o debate sobre o lazer em suas diferentes manifestações, considerando as perspectivas de gênero, raça, classe social e territorialidade a partir do pensamento decolonial e da valorização de saberes ancestrais e comunitários.

As autoras, a partir de um giro decolonial, destacam que o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado no Brasil marginalizaram a existência de indígenas, pessoas negras, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIA+, os moradores da zona rural e a população em situação de rua, colocando-os em "zonas de não ser" impostas pelo colonialismo em sua leitura sobre a lógica hierárquica de mundo, conforme conceito de Frantz Fanon (2008).

A expressão zona do não-ser, para Frantz Fanon (2008), designa uma posição existencial e político-ontológica imposta às pessoas racializadas por meio do olhar e da estrutura do colonialismo e do racismo. Trata-se da redução do ser à exterioridade de seu corpo, sendo negado de reconhecimento pleno como ser. Dessa forma, a zona do não-ser não se limita a um espaço geográfico, embora se expresse na arquitetura segregacionista da lógica colonial urbanocêntrica e desenvolvimentista, mas corresponde a uma posição

relacional nas hierarquias globais e locais do poder racializado. O autor propõe que, para romper com esta localização imposta, é preciso afirmar o corpo e torná-lo visível como fonte de saber e ação política. Esse gesto de visibilização — de resistência à invisibilidade estrutural — inaugura um novo campo de possibilidade existencial, onde o corpo, outrora negado, emerge como lugar de enunciação e como fundação de um novo modo de ser insurgente.

Bauermann, Busato e Lutinski (2023) descrevem as práticas promotoras de saúde de mulheres agricultoras e destacam a alimentação de qualidade e trabalho digno como principais percepções de saúde. A prática de esportes e “jogos de bola” é reduzida em razão da sobrecarga de trabalho, sendo a promoção em saúde evidenciada pelo uso de plantas medicinais e participação em movimentos comunitários que viabilizam o cuidado de si e da saúde na comunidade rural. Já o estudo produzido por Farias, Santos e Marques (2023) discute o futebol de mulheres como uma prática de cuidado em saúde de camponesas impactadas pelas obras da transposição do rio São Francisco no Sertão pernambucano. As autoras destacam a resistência política e a mobilização comunitária em saúde das mulheres que jogam futebol em meio às perdas materiais, simbólicas e às violências de gênero intensificadas pelo megaprojeto desenvolvimentista da transposição do rio. O estudo de recorte metodológico da pesquisa-intervenção cartográfica, em diálogo com o pensamento feminista decolonial, contou com uma revisão crítica de literatura de pesquisas recentes sobre temas como saúde, gênero e esporte e a pesquisa-extensionista através de programa de extensão universitário “transVERgente” (Universidade de Pernambuco). Para Farias, Santos e Marques (2023), no contexto do Sertão pernambucano, o futebol feminino emerge como uma atividade que promove saúde e resistência frente aos impactos da transposição do rio São Francisco. Nessa perspectiva, o estudo revela que, para as mulheres camponesas participantes da pesquisa, o futebol vai além de uma prática esportiva. Ele se configura como uma forma de autocuidado e de enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto existencial, socioeconômico e político da ruralidade em que se encontravam e que é atravessada por obras desenvolvimentistas.

Ao contextualizar a saúde, Farias, Santos e Marques (2023) destacam a importância da interseccionalidade de gênero, classe, raça e lugar de origem na compreensão do cuidado em saúde de mulheres camponesas, uma vez que essas

enfrentam desafios específicos relacionados ao acesso à saúde e efetivação de direitos. As jogadoras persistem na prática desse esporte, encontrando no futebol uma forma de expressão e resistência comunitária.

No campo da promoção em saúde, em um contexto rural impactado por grandes obras, as comunidades afetadas enfrentam desafios ainda maiores como desapropriações de terra, dificuldade de acesso a serviços de saúde e interrupções nos modos de vida tradicionais (Farias; Santos; Marques, 2023). Desse modo, pode-se compreender a saúde das mulheres camponesas a partir de uma perspectiva ampliada, que considera aspectos físicos, existenciais, sociais, econômicos e culturais, assim como o futebol feminino enquanto uma prática tradicional da comunidade que contribui para a promoção em saúde e resistência das mulheres camponesas no Sertão pernambucano.

Outrossim, políticas públicas e práticas de promoção em saúde mental de mulheres camponesas refletem resistência política e constante mobilização comunitária. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída em 2006 e reformulada em 2014, prioriza a qualidade de vida e mitiga os riscos à saúde da população brasileira (Brasil, 2014). Abreu, Barletta e Murta (2015) destacam a importância da promoção em saúde mental nas políticas públicas, compreendendo a saúde de forma multifacetada e empoderadora (OMS, 2022). A promoção em saúde deve fortalecer a autonomia de grupos populacionais e garantir acesso aos serviços de saúde, educação permanente e popular em saúde (Urio *et al.*, 2020).

O gênero na ruralidade é impactado pelo sistema moderno-colonial e patriarcal, perpetuando desigualdades. No entanto, as mulheres rurais têm demonstrado resistência ativa e articulam lutas por reconhecimento, autonomia e valorização de seus modos de vida. Políticas públicas devem dialogar com as especificidades do viver rural feminino, integrando saúde, esporte e cultura. A valorização das tradições e práticas corporais, como o futebol, pode contribuir para uma promoção de saúde integral e inclusiva. Este estudo destaca a necessidade de abordagens intersetoriais que considerem a interseccionalidade de gênero, classe e território, promovendo ações contracoloniais e emancipadoras.

Diante disso, a literatura vigente direciona a atenção para a saúde mental de mulheres camponesas/rurais, de modo a reconhecer a urgência em priorizá-la, e aponta que mulheres são as mais acometidas por problemas de saúde e sofrimento por fatores que se associam à violência de gênero. Em contraste a isso, a literatura revela que as ações

de promoção em saúde mental com iniciativa das e para as mulheres camponesas têm valorizado práticas e conhecimentos tradicionais e colaborado com a ampliação de práticas de cuidado de modo coletivo. Essa manutenção e criação de práticas de cuidado caminham junto com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e das Florestas (PNSPCF), que legitima “as práticas e conhecimentos tradicionais, com a promoção do reconhecimento da dimensão subjetiva, coletiva e social dessas práticas e a produção de saberes populares” (Brasil, 2011, p.6). Considerando que saberes e modos de vida de diversos povos ligados à terra e à natureza foram suprimidos e apagados pela colonização e tomados pela perpetuação do colonialismo e lógica patriarcal, capitalista e racista no contexto brasileiro, valorizar práticas tradicionais e continuar a criar coletivamente modos de cuidado cotidianos é uma ação política.

5 CONFLUÊNCIAS: POR UMA FENOMENOLOGIA CONTRACOLONIAL

Nas ruralidades de Pindorama, as mulheres encontram no futebol a pulsação da resistência, uma dança de corpos em movimento que desafia as imposições da modernidade colonizadora. Cada chute na bola é um grito de resistência; cada gol, uma vitória contra as opressões históricas. Nos campos brasileiros o matriarcado renasce, tecendo a trama do cuidado em saúde mental através do convívio comunitário e da prática esportiva. Os achados deste estudo reafirmam a urgência em priorizar a saúde mental de mulheres camponesas em suas ruralidades, que enfrentam múltiplos desafios interseccionais ligados à violência de gênero, pobreza, sobrecarga de trabalho, desvalorização social e silenciamentos estruturais e reconhecem que mulheres e homens experienciam o viver rural de maneiras distintas, especialmente em territórios impactados pela lógica moderna/colonial. Neste contexto, refletir e construir conhecimento, a partir de uma fenomenologia que se referencia cosmopoliticamente junto às mulheres e aos povos da terra do Brasil, demanda uma reconfiguração do próprio campo fenomênico. Isso implica um avanço desde uma fenomenologia decolonial e, até uma possível fenomenologia contracolonial, que efetivamente viabiliza para a construção de novos saberes e práticas de forma transversal e democrática.

A fenomenologia decolonial nos convida a uma suspensão das concepções, permitindo-nos ver além das estruturas patriarcais, acolhendo as múltiplas formas de ser-no-mundo de modo coletivo. Compreende-se que, apesar das cicatrizes causadas pelo

desenvolvimentismo e pela lógica moderna/colonial em territórios rurais, as mulheres afetadas reivindicam seus corpos e campos como espaços de dignidade. Suas lutas encontram forças no futebol e na tecitura de uma rede de apoio que transcende a lógica da dominação.

As confluências contracoloniais, como formulada por Antônio Nego Bispo dos Santos (2023), propõe uma possibilidade de ação ético-política no mundo frente às práticas enraizadas na lógica desenvolvimentista moderna-colonial, sugerindo termos sintéticos e abordagens mais orgânicas e colaborativas. Bispo contrapõe os seguintes termos: desenvolvimento-envolvimento; sustentável-biointeração; coincidência-confluência; saber sintético-saber orgânico; troca-compartilhamento; e, finalmente, colonial-contracolonial (Santos, 2023). Assim, reconhecemos a confluência como um processo que nos orienta na construção coletiva do conhecimento, em diálogo com o saber popular

Nesse sentido, a lógica patriarcal e colonizadora, que atravessa a historicidade das mulheres em contextos rurais de modo interseccional, as convoca a encaminhar a vida por meio de uma ação política via fenomenologia contracolonial. Por fim, recorremos a Santos (2016, p. 146), quando a autora assimila que a ação política “não é usada como instrumento para alcançar fins alheios a ela mesma ou a alguns objetivos. [...] o sentido da política a partir de sua condição de possibilitar que no ‘estar entre humanos’ a pluralidade seja evidenciada e a inauguração de algo novo aconteça”. Assim sendo, compreende-se que as mulheres camponesas pelo Brasil inauguram em coparticipação uma composição de caminhos coletivos no território rural, resistem à lógica moderna/colonizadora que as atravessa e evidenciam a interface entre corpo em movimento, ação política e promoção em saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S.; BARLETTA, J. B.; MURTA, S. G. Prevenção e promoção em saúde mental: pressupostos teóricos e marcos conceituais. In: MURTA, S. G.; LEANDRO-FRANÇA, C.; SANTOS, K. B.; POLEJACK, L. (Org.). *Prevenção e promoção em saúde mental*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 54-74.

AFIUNE, G.; ANJOS, A. B. “Temos que construir a utopia no dia a dia”, diz a boliviana Julieta Paredes. *A Publica*, 15 maio 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDRADE, O. *Manifesto antropófago*. Revista de Antropofagia, Ano 1, n. 1, maio 1928.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Se não reconhece o papel e o trabalho das mulheres, então não é agroecologia. 2019. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/03/08/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-entao-nao-e-agroecologia/>. Acesso em: 17 Out. 2024.
- BEZERRA, M. DA C. F. M.; SANTOS, S. E. DE B.; SANTOS, G., O. Pesquisa extensionista na promoção em saúde mental: um balanceiro para transitar por uma artesanaria literária. *Concilium*, v. 24, n. 17, p. 50-69, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383614716_Extension_research_in_the_promotion_of_mental_health_a_balancing_act_for_navigating_literary_craftsmanship_Pesquisa_extensionista_na_promocao_em_saude_mental_um_balanceiro_para_transitar_por_uma_artes.
- BARBOSA, Alessandro Tomaz; PAULINO, Vicente. O pensamento decolonial antropofágico na educação em ciências. *Perspectiva*, [S. l.], v. 39, n. 2, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2021.e66432. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/66432>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- BARRETO, Carmem L. B. T.; MELO, Jailton B. Silva; ELLEN, F. G. da (2016). Apontamentos sobre leitura do corpo na ciência moderna e no pensamento de Martin Heidegger. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*. V 5, n 2. P 136-151. Acesso em: 16 dez 2024.
- BAUERMANN, A. C.; BUSATO, M. A.; LUTINSKI, J. A. Percepções e práticas promotoras de saúde no contexto de mulheres agricultoras familiares. *Revista Saúde e Desenvolvimento Humano*, v. 11, e3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18316/sdh.v11i3.10106>.
- BONFIM, A. F. *Futebol feminino no Brasil: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941)*. São Paulo: Aira Bonfim, 2023.
- BORGES, G. H. et al. Transposição do Velho Chico: compreensões acerca da lógica desenvolvimentista em comunidades rurais. *Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco - REUPE*, [S. l.], v. 6, n. 1.2, p. 24-35, 2021. DOI: 10.56148/2675-2328reupe.v6n1.2. 249.pp24-35. Disponível em: <https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/249>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRASIL. Portaria MS/GM n.º 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). *Diário Oficial da União*, 11 nov. 2014.
- BRASIL. *Portaria n. 2.866, de 2 de dezembro de 2011*. Institui a Política Nacional de Saúde Integral dos Povos e Populações do Campo e da Floresta, bem como seu respectivo Plano Operativo para 2012-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Senado Federal. União (ed.). Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco. 2017. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>. Acesso em: 12 dez 2024.

CARVALHO, G. P. Postcolonial thought, gender, and power in María Lugones's theory: ontological multiplicity and multiculturalism. *Trans/Form/Ação*, v. 45, p. 311-338, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2021000200020>.

CLINI, M. M. Por uma fenomenologia antropofágica brasileira: decolonialidade e clínica. In: TRZAN, A; MATTAR, C (Org.). *Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais: Interseções*. 1. ed. Caruaru: Editora ABC, 2022. p. 45-65.

CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200 p.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FARIAS, R. P.; SANTOS, S. B. S.; MARQUES, C. *Futebol de mulheres e saúde: Pés que defendem e resistem aos impactos da transposição do São Francisco*. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 19, e1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.19.21887.019>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FERREIRA, C. E. V. Transposição do Rio São Francisco: análise das ações do Programa Básico Ambiental (PBA 17) e os conflitos ambientais na comunidade quilombola de Santana, Pernambuco. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/1356>. Acesso em: 4 dez. 2024.

HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 nov. 2024.

LUGONES, M. Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, v. 6, n. 2, p. 105-119, 2011.

MARTINS, G. L. *et al.* Produção de saúde: potencializar a invenção de novos modos de vida comunitária. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 16, n. 3, p. 1–15, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 mar. 2024.

MAURÍCIO, Joise Simas de Souza et al. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. *Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 695–725, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29756>. Acesso em: 19 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.29756>.

MERLEAU-PONTY, M. *O homem e a adversidade*, v. 1, jun. 1991, p. 137.

MORATO, H. T. P.; SAMPAIO, V. F. A escuta clínica como um pesquisar fenomenológico existencial: uma possibilidade no horizonte da realização da existência. *Arquivos do IPUB*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 102-115, jan.-abr. 2019. Disponível em:

<https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/v1n1a08.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

MUSEU DO FUTEBOL. Acervo do Museu do Futebol. São Paulo. Disponível em: <https://g.co/arts/VukbgzMcRqJdWACR9>. Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA, L. D. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Espaço e Economia* [online], n. 19, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16203>. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.16203>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PAREDES, J.; GUZMÁN, A. Reflexões sobre feminismos comunitários. *Revista Feminismos*, v. 7, n. 30, p. 90, 2014.

PEREIRA, D.; GONÇALVES, C.; SILVA, C.; ECKHARDT, F. O pensamento decolonial na psicologia brasileira. *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, v. 14, n. 32, p. 181-193, maio 2022. ISSN 2237-8049. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento-diversidade/article/view/9416>. Acesso em: 17 set. 2024. doi: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v14i32.9416>

PRADO, R. A. de; CALDAS, M. T.; QUEIROZ, E. F. de. O corpo em uma perspectiva fenomenológico-existencial: aproximações entre Heidegger e Merleau-Ponty. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 4, p. 776-791, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400002>. Acesso em: 17 set 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.
ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 560 p.79.

SÁ, R. N.; BARRETO, C. L. B. T. A noção fenomenológica de existência e as práticas psicológicas clínicas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 389-394, 2011. ISSN 1982-0275. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000300011>. Acesso em: 16 set. 2024.

SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: UBU Piseograma, 2023. p. 31-51.

SANTOS, S. E. de B. “Olha!... arru(a)ção!?!...” *A ação clínica no viver cotidiano: conversa com a fenomenologia existencial*. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: [Biblioteca Digital de Teses e Dissertações]. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, G. O.; SANTOS, S. E. de B. “Os ventos do norte não movem moinhos”: caminhos metodológicos para uma psicologia Sertão-centrada. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo*, v. 16, n. 1, p. 1141–1165, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n1-060>

SANTOS, V. A. A.; SOUSA, R. S. A fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty a partir do corpo e a educação (em ciências). *Revista Contexto & Educação*, v. 39, n. 121, e14366, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.14366>

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; CONCEIÇÃO, Cauana Peyrot; PINHEIRO, Naira Leticia Giongo Mendes. *As mulheres rurais e a tríade das condições de lazer*:

aprendizagens físico-esportivas, os espaços e a paridade de condições – “se ele joga, eu também jogo”. Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 211–229, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/21868>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SGANZERLA, J.; CABRAL, F. B.; HILDEBRANDT, L. M.; TREZZI, I. Noções e práticas de cuidado em saúde mental na perspectiva de mulheres camponesas. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 11, e14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769243181>

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 203–219, 2017.

TARGINO, D. *Marta: a menina que descobriu o futebol*. São Paulo: Arribação Editora, 2021.

TEIXEIRA, I. M. de C.; OLIVEIRA, M. W. de. Práticas de cuidado à saúde de mulheres camponesas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 18, p. 1341–1353, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0476>. Acesso em: 16 jan. 2025.

URIO, A.; SOUZA, J. B. de; GEREMIA, D. S.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; COLLISELLI, L. Promoção da saúde do jovem agricultor familiar: perspectiva para um envelhecimento saudável. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 10, e43, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769240131>.

Recebido em: 18/01/2025 | Aprovado em: 06/06/2025